

Ano 22 • Número 11 • 23 de março de 2020

---

**Precisamos avaliar o impacto social do desligamento da economia**

---

**A principal dúvida sobre a crise: qual a sua extensão e profundidade?**

---

**Avaliação das medidas econômicas para o enfrentamento da crise**

---

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731

UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Precisamos avaliar o impacto social do desligamento da economia

Assim como cabe à comunidade médica mobilizar todos os esforços para mitigar as consequências clínicas do novo coronavírus na população e ao gestor público mobilizar esforços para promover a correta gestão dos recursos escassos para atender aos afetados, nós economistas precisamos pensar nas consequências para a área que nos cabe. Primeiramente, precisamos deixar claro que pensar sobre alternativas econômicas não significa falta de sensibilidade para a questão humanitária, apenas tentamos contribuir no campo da ciência e com as ferramentas em que somos treinados.

Os impactos econômicos do momento atual são incertos, mas uma certeza é que a política de afastamento social para conter o surto trará maiores consequências sobre as camadas mais vulneráveis da sociedade. O Brasil conta com cerca de 106 milhões de pessoas no mercado de trabalho, das quais 11,9 milhões encontram-se desempregadas. Entre os 94,2 milhões de brasileiros com alguma ocupação, 40,7 milhões estão na informalidade (43,6%).

Além disso, cabe mencionar que há pouco mais de 7,7 milhões de trabalhadores com 60 anos ou mais na população empregada, e a taxa de informalidade tende a aumentar nos extremos da distribuição, ou seja, entre jovens e idosos. Portanto, boa parte dessas pessoas estão no grupo de risco, podendo ter problemas mais sérios de saúde caso sejam contaminadas, mas sem alternativa de renda para subsistência. Muitas delas, como diz a triste expressão popular, vendem o almoço

para comprar o jantar.

Diante dessas características da sociedade brasileira, acreditamos que será difícil manter o desligamento da economia (*shutdown*) por muito tempo. Não apenas pelo impacto econômico, mas também pelo custo político. Essas pessoas precisam da economia funcionando. Precisam de gente circulando e dependem de que outras pessoas também tenham renda e disposição para gastar.

No campo trabalhista e de renda, as medidas anunciadas pelo governo são muito mais no sentido de ajudar quem já está empregado ou já conta com algum benefício. São importantes, sim, mas há uma parcela muito grande de brasileiros que não conta com qualquer rede de proteção. É preciso mencionar que o governo já anunciou medidas nessa direção, mas que carecem de detalhamento (*voucher* de R\$ 200 para informais e inclusão de pessoas no Bolsa Família). Destacamos que essas medidas tem, no máximo, o potencial de recompor emergencialmente apenas uma pequena parcela da renda e não conseguem ser sustentadas por um longo período.

Por fim, é preciso ter em mente as trágicas sequelas que uma profunda recessão pode deixar para o futuro da sociedade. O desemprego, desespero e violência urbana causada pela desorganização econômica trazem consequências econômicas, psicológicas e sociais que não podem ser desprezadas.

### A principal dúvida sobre a crise: qual a sua extensão e profundidade?

A principal dúvida quando estamos diante de uma provável crise econômica diz respeito a sua extensão e profundidade. A primeira resposta é relativamente mais fácil de ser respondida. A natureza da crise não é financeira, nem desconhecida. Temos relativo conhecimento de que quando o vírus for contido a atividade pode voltar ao normal.

Entretanto, os impactos globais da paralisação da atividade econômica já começaram a aparecer e o cenário se mostra cada vez mais desafiador. Entretanto, ninguém consegue prever com técnica e segurança qual será o tombo da atividade. Não há paralelo histórico para tomar como base.

Alguns exercícios podem tomar como referência países onde a epidemia começou antes. A economia da China sofreu além das expectativas iniciais. A queda na produção industrial no primeiro bimestre, que era estimada em torno de 3%, foi de 13,5%, o pior resultado em 30 anos, ao passo que os investimentos tiveram retração de 24,5% e as vendas no varejo caíram 20,5%. A Europa está praticamente paralisada e os EUA adotam medidas cada vez mais duras.

E o Brasil, como fica nessa história? O país ainda não se recuperou da crise 2015-2016. O Ministério da Economia já admite crescimento nulo do PIB para esse

ano e, a cada dia que passa, a possibilidade de uma retração econômica se torna mais nítida.

Fazendo uma conta rápida, a cada dia totalmente parada, a economia brasileira perderia o equivalente a R\$ 19,9 bilhões. Isso equivale a uma queda de 0,3% por dia. Evidentemente, que a atividade não parou completamente, e muitos setores conseguirão recuperar as perdas com um crescimento maior após o fim da quarentena. Porém, o estrago será grande.

Novamente, olhando para a experiência internacional, a Itália parece que iniciou agora um processo de desaceleração no número de casos confirmados, 29 dias após o centésimo caso de infecção. Numa redução grosseira, caso seguisse a mesma trajetória italiana, o que é uma hipótese bastante conservadora, o Brasil verificaria o pico daqui a 19 dias, no dia 11 de abril.

Será que esse será o horizonte de desligamento da economia? Qual a projeção razoável? Será que os agentes econômicos conseguiriam sobreviver, do ponto de vista do aspecto financeiro, até esse momento? Essas questões precisam ser razoavelmente endereçadas para que os empresários e consumidores possam modular o seu comportamento, caso contrário pode-se instalar um clima de depressão econômica de difícil reversão.

## Avaliação das medidas econômicas para o enfrentamento da crise

Em meio ao cenário incerto, Governo assume postura de reação ao impacto da COVID-19 sobre a economia.

Na semana passada, a pandemia do coronavírus chegou de vez no Brasil. O número de casos cresce exponencialmente e o País começou a registrar as primeiras mortes devido à doença. A situação é crítica também em outros países, motivando uma paralisação econômica a nível global nunca vista até então. Devido ao cenário, o Ministério da Economia (ME) revisou sua projeção de crescimento do PIB para 2020, de 2,1% para 0,0%.

Diante desse cenário e na tentativa de atenuar o impacto na economia, o ME, o BNDES e o Banco Central do Brasil (BCB) anunciaram várias medidas entre hoje e a semana que se passou. O plano de combate ao coronavírus do ME busca atuar em três frentes: manutenção dos empregos, assistência à população mais vulnerável e combate à pandemia. Ao todo, o plano prevê a injeção de R\$ 169,6 bilhões na economia nos próximos três meses.

Na assistência da população mais vulnerável, o grupo que mais preocupa é o de trabalhadores informais e de baixa renda, já que sua situação de vulnerabilidade se traduz na busca por renda para subsistência. Nesse sentido, o ME anunciou um auxílio emergencial de R\$ 200 mensais a estes trabalhadores, durante três meses, para o atendimento de necessidades essenciais. Essa medida prevê uma injeção de R\$ 15 bilhões. Além disso, haverá a liberação de R\$ 46 bilhões via antecipação de metade do 13º salário de aposentados e pensionistas do INSS para abril, e a segunda metade para maio. O ME também quer prover até R\$ 21,5 bilhões por meio da realização de novos saques do FGTS. Para isso, conta com o auxílio do BNDES para a transferência de valores não sacados do PIS/PASEP para essa conta. Outras medidas desse perfil são a antecipação do abono salarial para junho e a possibilidade de ampliar o número de beneficiários do Bolsa Família. Juntas, essas medidas podem liberar até R\$ 15,9 bilhões na economia.

No sentido de tentar manter o atual nível de emprego e passar mais segurança tanto para os trabalhadores quanto para os empregadores, o ME visa renunciar, temporariamente, até R\$ 59,4 bilhões em arrecadação. A maior parte dessa renúncia gerará um alívio de R\$ 30 bilhões ao caixa das empresas, por meio do diferimento do prazo de pagamento do FGTS por três meses. Além disso, a parcela que cabe à União da arrecadação oriunda do Simples Nacional também fica adiada em pelo mesmo período, disponibilizando R\$ 22,2 bilhões para pequenas empresas. Outras medidas de mesmo caráter incluem R\$ 5 bilhões de crédito para micro e pequenas empresas e a redução de 50% nas contribuições do Sistema S, também por 3 meses.

Já as propostas anunciadas pelo BNDES vêm com o

intuito de complementar as medidas do ME. Na tentativa de apoiar micro, pequenas e médias empresas (MPME), devido ao grande volume de empregos que as mesmas geram, o banco ampliou em R\$ 5 bilhões a oferta de crédito para MPMEs, para auxiliar na manutenção de capital de giro dessas. Além disso, empresas que já possuem financiamento direta ou indiretamente com o BNDES, via outras instituições financeiras, ganharam um alívio da ordem de R\$ 30 bilhões em seus caixas, por meio de um refinanciamento da dívida e da suspensão integral de juros e principal por seis meses.

Por outro lado, o papel do BCB nessa crise é tanto a manutenção das condições estimulativas (como o corte de 0,5 p.p. da Selic na semana passada) quanto da liquidez do sistema financeiro. A autoridade monetária dispensou os bancos e cooperativas de aumentarem o provisionamento no caso de repactuação, pelo período de seis meses, numa ação para facilitar a renegociação de empréstimos de família e empresas. Com a decisão, um montante de R\$ 3,2 trilhões em crédito podem ser renegociados. Além disso, a redução temporária da alíquota de recolhimento compulsório de 25% para 17%, juntamente com o afrouxamento do nível necessário de ativos líquidos de alta qualidade das instituições financeiras libera um montante de R\$ 154 bilhões de liquidez no sistema financeiro. Ao mesmo tempo, o BCB expandiu a capacidade dos bancos para manter o fluxo de crédito e renegociar dívidas. A expectativa é que a capacidade de concessão de crédito do sistema financeiro brasileiro aumente em R\$ 640 bilhões com a medida. Outra medida interessante, com potencial de R\$ 91 bilhões na economia, foi a concessão de empréstimos garantidos em debêntures para instituições financeiras, de forma a aumentar também a liquidez no mercado secundária de dívida privada. Conforme o BCB, a liberação de liquidez será na ordem de 16,7% do PIB, para fins de comparação, na Crise de 2008 esse aumento foi na ordem de 3,5%.

**Na avaliação da UEE, as medidas estão na direção correta, porém projetamos dificuldades de que a maioria delas chegue às pequenas e médias indústrias. Além disso, qualquer medida econômica atenuará apenas uma pequena fração da catástrofe econômica causada por um longo período de paralisação da atividade.** Caberá ao Governo (ME, BCB e BNDES) a partir de agora mobilizar esforços para sensibilizar as instituições financeiras a procurar os empreendedores e, de maneira ágil, fornecer financiamentos capazes de atenuar a pressão sobre o caixa. Somente assim as falências e o desemprego em massa poderão ser evitados.